



AVALIAÇÃO DO CONTEXTO FAMILIAR POR ADOLESCENTES DELINQUENTES. CONTRIBUTO DA ENTREVISTA ESTRUTURADA PARA FAMÍLIAS MULTIPROBLEMÁTICAS

Diamantino Santos¹

Olivais Education Center, Coimbra, Portugal

Isabel Maria Marques Alberto

University of Coimbra, Portugal

ABSTRACT

Using the Structured Interview for Multiproblem Families (Pakman, 2007) an exploratory study with 52 adolescent offenders interned in Educational Centers of the General Directorate of Social Rehabilitation and Imprisonment Services was conducted. The data, analyzed using a mixed methods methodology, show that adolescents perceive a pattern of multiple weaknesses characterized by a high prevalence of addictive substances use, low academic achievement, illegal work experience, low family income, living preponderantly in troubled neighborhoods, a major polymorphic antisocial route witch begins in early adolescence and an often aggressive behavior. These adolescents refer to the relevant elements of personal social network their past antisocial peers and reported to high incidence of family / individual intervention by social security.

Keywords

adolescence, delinquency, multiproblem families, risk factors, strengths

RESUMEN

Utilizando la Entrevista Estructurada para Familias Multiproblema (Pakman, 2007) se llevó a cabo un estudio exploratorio con 52 delincuentes adolescentes internados en Centros Educativos de la Dirección General de Rehabilitación Social y Servicios de Encarcelamiento. Los datos, analizados utilizando una metodología de métodos mixtos, muestran que los adolescentes perciben un patrón de debilidades múltiples caracterizado por una alta prevalencia de consumo de sustancias adictivas, bajo rendimiento académico, experiencia laboral ilegal, bajo ingreso familiar, viviendo predominantemente en vecindarios con problemas, una gran polimórfica ruta antisocial bruja comienza a principios de la adolescencia y un comportamiento a menudo agresivo. Estos adolescentes se refieren a los elementos relevantes de la red social personal de sus pares antisociales del pasado y reportaron una alta incidencia de intervención familiar / individual por parte de la seguridad social.

Palabras clave

adolescencia, delincuencia, familias con problemas multiples, factores de riesgo, fortalezas

¹ Correspondence about this article need to address to Diamantino Santos, Urbanização Ar e Sol, lote 24, 1.ºC, 3020-205 Coimbra – Portugal. Email: diamantinosantos@msn.com

THE DELINQUENT ADOLESCENTS' PERSPECTIVE USING THE STRUCTURED INTERVIEW FOR MULTIPROBLEM FAMILIES

Encarado pela generalidade da comunidade científica como um fenómeno complexo e multideterminado, a delinquência juvenil constitui uma realidade preocupante nas sociedades ocidentais (Fonseca, 2004; Rutter, 2004). O elevado número de jovens que inicia ou mantém uma carreira criminal, a gravidade dos crimes cometidos e a aparente fragilidade das intervenções dirigidas a este problema, traduzida nas elevadas taxas de reincidência mesmo após períodos (mais ou menos) longos e onerosos de intervenção, constituiu um problema com custos económicos e sociais relevantes.

Considerando a elevada probabilidade de reincidência (Fonseca, 2004; Rutter 2004), torna-se indispensável analisar o fenómeno delinquencial juvenil integrando diversas perspetivas que emergem no panorama atual dos estudos sobre este fenómeno, estabelecendo pontos de contacto entre suportes epistemológicos que, apesar de metodologicamente diferentes, se configuram como leituras complementares.

Procurando evitar a reificação das perspetivas e dos conceitos, mobiliza-se uma integração multidimensional de leituras e preconiza-se a desconstrução conceptual como elementos fundamentais da evolução científica, social e pessoal (Georgaca, 2001; Gergen, 2002, 2004; Morin, 2003; Negreiros, 2003). Com base nestas premissas, procuramos analisar os resultados da aplicação de uma entrevista estruturada a um grupo de 52 jovens internados em centros educativos, articulando perspetivas diferentes mas complementares na compreensão das descrições que estes jovens efetuam acerca de um conjunto de variáveis que constituem condições da sua vida.

Delinquência juvenil: do individual ao sujeito contextualizado

Múltiplas investigações têm procurado evidenciar as características individuais dos jovens delinquentes como fatores de risco ou de proteção, que conjugados com determinados fatores contextuais potenciam ou inibem a conduta delinvente (Carrol, Houghton, Hattie & Durkin, 2004; Farrington, 2004; Fonseca, 2004; Lahey & Waldman, 2004; Negreiros, 2003; Rutter, 2004; Thornberry & Krohn, 2004). Nesta linha compreensiva, procuram-se desenvolver teorias explicativas integradoras acerca deste fenómeno, articulando as características individuais dos jovens com determinadas condições do meio.

No âmbito destas leituras compreensivas do fenómeno delinquencial, Lahey e Waldman (2004) procuram conjugar uma entidade sociológica (delinquência juvenil) e uma entidade clínica (distúrbio de comportamento) numa categoria abrangente que designam como problemas de comportamento. Na origem destes problemas de comportamento estarão interligados os fatores individuais de risco (e.g. o temperamento, dificuldades no plano intelectual, ousadia, impulsividade e força física) com os fatores contextuais (e.g. o baixo nível socioeconómico, ser filho de mãe adolescente, comportamentos antissociais e/ou problemas de saúde mental dos pais e a influência dos pares) (Lahey & Waldman, 2004). A maior ou menor probabilidade de emergência do comportamento antissocial decorrerá da interação entre as condições contextuais de risco e um temperamento caracterizado por emotividade negativa, um nível elevado de atrevimento/ousadia e um nível reduzido de prossociabilidade/consciência moral (Lahey & Waldman, 2004). Embora salientando a interdependência entre os fatores individuais e contextuais, Lahey e Waldman (2004) atribuem um peso diferente a cada um deles para o início da carreira transgressiva: os fatores individuais serão relevantes para os problemas de comportamento de início precoce e os fatores contextuais terão uma maior relevância na transgressividade de início tardio.

Numa linha de estudo metodologicamente semelhante, Thornberry e Krohn (2004) propõem o modelo interaccional da delinquência juvenil, onde defendem que o desenvolvimento de padrões comportamentais delinquentes decorre da interação estabelecida com o meio ao longo do percurso de vida. Thornberry e Krohn (2004) preconizam que as crianças e os adolescentes inseridos em meios sociais desfavorecidos revelam uma grande probabilidade de apresentar um elevado número de défices nas áreas familiares, escolares, no grupo de pares e nas características pessoais, assim como de sofrer o efeito cumulativo destes défices ao longo da sua vida, contrariamente às crianças que nascem e vivem em meios socioeconomicamente mais



favorecidos. A influência recíproca entre o temperamento desafiante, as dificuldades na supervisão e a pobreza (que implica a vivência em contextos habitacionais problemáticos e a exposição a pares delinquentes), potenciam as oportunidades de desvio e a probabilidade de jovem adotar padrões de comportamento antissocial (Thornberry & Krohn, 2004). Em particular a pobreza, limitará a superação do ciclo de dificuldades, influenciando negativamente a educação e o desenvolvimento dos jovens, debilitando os laços afetivos e aumentando os níveis de conflituosidade familiar, dificuldades agravadas pelo temperamento e défices neuropsicológicos dos jovens, facilitando assim o emergir e a continuidade da atividade antissocial (Thornberry & Krohn, 2004).

Carrol et al. (2004) propõem o Modelo dos Objetivos de Aumento da Reputação, no qual preconizam que os adolescentes têm condições (estatuto socioeconómico, idade, família, origem étnica, género, capacidade cognitivas) e oportunidades que influenciam a escolha de objetivos sociais conformistas ou não conformistas, decisivos na gestão da reputação do jovem junto dos pares. Esta reputação é construída em grupo, regulando a identidade individual de acordo com a forma como desejam que os pares os percecionem, funcionando o *feedback* acerca do seu desempenho como indicador fundamental da sua reputação (Carrol et al., 2004). Quanto mais desafiantes forem os objetivos e eficaz a sua concretização, melhor será a autorrepresentação do adolescente e a respetiva reputação junto dos pares, o que em contextos sociais de risco determina uma elevada probabilidade de envolvimento na atividade transgressiva juvenil (Carrol et al., 2004). Na gestão desta reputação identitária, os comportamentos do adolescente devem ter visibilidade numa determinada audiência; assim, a reputação apenas pode ser construída se o adolescente for visto a transgredir as normas, fornecendo um conjunto de provas públicas da sua motivação não conformista (Carrol et al., 2004). A atitude não conformista é, então, uma escolha do adolescente e as suas ações uma prova para o grupo da reputação de duro e eficaz. Desta forma, compreende-se que no início e na fase intermédia da adolescência exista uma maior pressão para atingir um elevado estatuto, o que implicará uma maior atividade delinvente; na fase final da adolescência a transgressão social terá por objetivo manter a reputação ou estatuto conquistados (Carrol et al., 2004).

No âmbito da investigação que releva os processos identitários na génese do comportamento delinvente, Gergen (2004) numa abordagem construcionista, desenvolveu um estudo qualitativo sobre comportamentos de risco com adolescentes delinquentes, procurando conhecer os significados atribuídos ao comportamento transgressivo. O autor verificou que os comportamentos de risco são percebidos como formas de expressão que permitem estabelecer critérios de identidade e formas de diferenciação face aos outros, em função das quais se definem padrões de conduta, códigos de comunicação, preferências, que caracterizam estes jovens e que os distinguem dos demais. A identidade na qual o risco é valorizado estabelece-se através de narrativas que partilham significados acerca da história e do valor de pertencer a um grupo transgressivo, que constituem aspetos identitários fundamentais para estes jovens (Gergen, 2004). O autor conclui que os discursos sociais dominantes atribuem uma significação problemática e internalizada na adolescência que determinam leituras e intervenções centradas nos *deficits* individuais, impedindo o acesso a uma visão centrada no impacto dos contextos vivenciais e nas relações que os adolescentes estabelecem entre si (Gergen, 2004).

Partindo do contributo destas diferentes perspetivas, desenvolvemos um estudo qualitativo que pretende identificar a perceção e as narrativas que os adolescentes delinquentes têm sobre um conjunto de áreas que constituem variáveis contextuais relevantes: saúde, área social, conformidade social e relações familiares. Procuramos conhecer o seu entendimento acerca das dificuldades e necessidades existentes, do risco futuro, bem como das estratégias e recursos que os adolescentes estabelecem face às necessidades identificadas, partindo dos seus próprios discursos.

Metodologia

Para proceder à análise das descrições dos jovens utilizámos um *Design* de Métodos Mistos (Tashakkori & Teddlie, 2002), designadamente o *Design* Sequencial Transformativo QUAL + Quan (Creswell, Clark, Gutmann, & Hanson, 2002). Iniciando o estudo através da aplicação da *Entrevista Estruturada para Famílias Multiproblemáticas* (Pakman, 2007) e a recolha de dados biográficos, seguiu-se a fase quan onde se recorreu à análise exploratória univariada dos dados,

com recurso ao programa de *software* de análise estatística SPSS (SPSS Inc., Chicago, IL) como descrito em Maroco (2007). Os dados *Qual* e *quan* foram integrados durante a fase de interpretação dos dados.

Amostra

A amostra é constituída por 52 adolescentes do sexo masculino (constituindo 26 % do total de 200 jovens do sexo masculino internados à data da recolha de dados), num processo de amostragem de conveniência a partir da população de jovens em cumprimento de medida tutelar educativa de internamento nos Centros Educativos do Ministério da Justiça.

Tabela 1

Caracterização da amostra

<i>Tipologia de crime</i> N = 52	<i>Tipologia de regime</i> N = 52	<i>Duração da medida</i> N = 52
Furto - 2	Regime aberto - 10	< 1 ano - 4 jovens (7.69 %)
Roubo - 14	Regime semiaberto - 33	1 ano - 4 jovens (7.69 %)
Ofensa integridade física - 10	Regime fechado - 9	De 1 a 2 anos - 39 jovens (75 %)
Furto, Roubo e Ofensa integridade física - 21		> a 2 anos - 5 jovens (9.61 %).
Violação - 1		
Homicídio/Tentativa homicídio - 1		
Múltiplos incluindo violação - 2		
Múltiplos incluindo homicídio - 1		

Nesta amostra, 83.7 % dos jovens encontram-se no intervalo etário entre os 15 e os 17 anos de idade, sendo a idade mínima de 13 anos e máxima de 18 anos; a média de idades é de 15.87 anos e o desvio padrão de 1.15 anos; 78.8 % dos jovens são autóctones sendo que destes, 23.1 % são de nacionalidade portuguesa filhos de africanos, 17.3 % são estrangeiros de origem africana e 3.8 % (2 participantes) são de etnia cigana.

Verifica-se a existência do predomínio das modalidades polimórficas dos crimes de furto, roubo e ofensa à integridade física (n = 21, 40.38 %); se juntarmos os jovens com múltiplos crimes incluído a violação e ou homicídio/tentativa de homicídio, a transgressividade polimórfica atinge 24 jovens (46.15 %). Com a prática de apenas um destes tipos de crime surgem 26 jovens (50 %), constituindo a esmagadora maioria da tipologia criminal existente. Os crimes de maior gravidade tais como a violação (n = 3, 5.79 %) e o homicídio/tentativa de homicídio (n = 2, 3.84 %) revelam-se muito menos prevalentes nesta amostra.

Relativamente às características do internamento aplicado a estes adolescentes, predomina o regime semiaberto com uma duração de 1 a 2 anos de internamento (n = 33, 63.46 %), seguido do regime aberto com uma duração de medida inferior a 1 ano (n = 4, 7.69 %), com um ano de medida (n = 4, 7.69 %) e com mais de 1 ano e menos de 2 anos de medida (n = 2, 3.84%). Dos jovens em regime fechado 5 (9.61 %) tinham uma medida superior a 2 anos de duração e 4 (7.69 %) cumprem uma medida de duração entre 1 e 2 anos.

Instrumento

O instrumento consiste na *Entrevista Estruturada para Famílias Multiproblemáticas* (EEFM; Pakman, 2007), utilizada no trabalho em psiquiatria e saúde mental comunitária com populações desfavorecidas nos Estados Unidos, integrada no *Programa de Redução de Riscos para Famílias Multiproblemáticas* (Pakman 2007). A entrevista foi traduzida pela técnica da retrotradução e adaptada a partir da avaliação dos participantes relativamente à sua aplicação, particularmente na identificação de dificuldades, da ativação de sentimentos/afetos e da perceção da utilidade. Avalia cinco áreas da vida pessoal e familiar dos participantes, cada uma constituída por vários parâmetros (ver tabela 2), de acordo com três questões: caracterização da situação atual nesse parâmetro; identificação das dificuldades/obstáculos que podem emergir; identificação de pequenos passos para a resolução da situação.



Com autorização do autor, foi acrescentado à entrevista original o parâmetro *família/parentalidade*, decorrente do *feedback* dos progenitores entrevistados, sugerindo este tópico como fundamental no âmbito desta entrevista. Assim, só a partir da entrevista 30 é que este parâmetro é trabalhado, o que resulta num $n = 23$ jovens.

Estudos de validação

A EEFM foi analisada através da Análise Fatorial Exploratória, utilizando como método de extração dos fatores a análise de componentes principais, com rotação Varimax com normalização Kaiser. A estrutura fatorial resultante desta análise compõe-se de cinco fatores que explicam 65.15 % da variância total (Tabela 2).

Tabela 2

Áreas e parâmetros da entrevista após a aplicação da Análise Fatorial (método de extração dos fatores: Análise de Componentes Principais, rotação Varimax com normalização Kaiser).

<i>Áreas</i>	<i>Parâmetros</i>	<i>% Variância Explicada</i>
Fator 1 - Conformidade social	Comportamento aditivo, Trabalho e emprego, Problemas legais/delinquência, Violência, Pobreza	27.6 %
Fator 2 – Social	Educação e Formação, Condições habitacionais/mobilidade	10.0 %
Fator 3 – Rede social	Rede Social	9.2 %
Fator 4 - Relacionamento familiar, apoio externo e saúde física	Saúde física, Segurança Social/Incapacidade, Família/Parentalidade	9.2 %
Fator 5 – Saúde mental e discriminação	Saúde mental, Dissonância étnica/social	9.1 %

No final da entrevista foi solicitado aos jovens que dessem a sua opinião acerca da administração do instrumento e de possíveis efeitos sentidos, através do parâmetro Adesão e envolvimento no processo de entrevista.

Os estudos de precisão foram desenvolvidos com recurso à análise da consistência interna através do coeficiente Alpha de Cronbach. O valor global obtido é de 0.71, que se pode considerar um valor de consistência interna respeitável (Almeida, 2008).

Procedimentos

Procedeu-se à recolha dos dados em cinco dos seis Centros Educativos (Coimbra, Lisboa e Porto) após a autorização prévia da Direção-geral de Reinserção e Serviços Prisionais. O momento para a administração da entrevista coincidiu com as visitas ao fim de semana que os familiares fizeram aos jovens internados. Precedendo a aplicação da entrevista, todos os jovens e respetivos familiares foram informados sobre a pesquisa e o instrumento a administrar. Após obter o consentimento informado, a entrevista foi aplicada em sessões individuais, no centro educativo respetivo, em espaço próprio, assegurando a descrição e confidencialidade necessárias.

Resultados

Através da análise das 52 entrevistas verificou-se que estes jovens identificam um conjunto de dificuldades em várias áreas da vida pessoal e familiar, mas evidenciaram também conseguir identificar soluções possíveis para os problemas identificados. Assim, os resultados vão ser apresentados numa estrutura que engloba duas grandes secções: A) Dificuldades e vulnerabilidades familiares; B) Competências/recursos identificados.

Dificuldades e vulnerabilidades identificadas

Área da Saúde

A doença física é referida por 7 jovens (13.46 %), 4 dos quais (7.69 %) apontam doenças crónicas (asma, diabetes, tumor renal) para as quais recebem tratamento. Quarenta participantes (76.92 %) têm acompanhamento pelo médico de família, quando necessário, e 12 jovens (23.08 %) mencionam ter acompanhamento mas sem saber quem é o médico assistente. Dos 7 jovens que relatam doenças físicas, 3 identificam as suas possíveis complicações, apontando para as evitar: a toma de medicamentos, o tratamento médico e o estilo de vida; no entanto, 4 deles dizem desconhecer as possíveis complicações da doença e da falta de tratamento da mesma.

No que respeita à doença mental, 6 participantes (11.53 %) referem perturbações deste foro, que identificam como problemas de comportamento, fornecendo uma descrição destes problemas como estando centrados nos próprios; nenhum jovem identifica as possíveis complicações pessoais decorrentes destes problemas, o que constitui uma desvalorização do impacto destas dificuldades, negligenciando as condições pessoais de saúde mental. Todos os jovens que relatam este tipo de problemas pessoais expressam ter tratamento especializado atual (no centro educativo onde se encontram) ou anterior ao internamento.

Face ao parâmetro abuso de álcool/drogas, uma elevada proporção de jovens mencionam o consumo anterior ao internamento (n = 38, 73.07 %), relativamente ao qual não procuraram qualquer tratamento; os jovens desvalorizam este consumo, assim como as possíveis complicações daqui decorrentes. Na amostra predomina o consumo conjunto de álcool e drogas (n = 18, 34.61 %), de drogas (n = 12, 23.07 %) e de álcool (n = 8, 15.38 %). Dos jovens consumidores apenas 1 se considera dependente (heroína e cocaína), sendo o único que refere o tratamento atual específico da problemática aditiva. Dos 38 jovens com história de consumo de substâncias 6 (11.53 %) dizem realizar um esforço para alterar o padrão de consumo definindo como estratégias *evitar os colegas* (n = 2, 3.84 %), *pensar em não utilizar* (n = 3, 5.76 %), aproveitar o facto de não poderem consumir álcool ou drogas no CE (n = 1). Dos jovens consumidores, 25 (71.42 %) conhecem as complicações físicas e/ou psicológicas destes consumos e como reduzi-las (*deixar de consumir, consumir menos*) mantendo, no entanto, intenção de continuar a utilizar estas substâncias; 11 participantes (28.94 %) referem não conhecer as complicações; e 2 (5.26 %) conhecem as complicações mas não sabem como evitá-las.

Área Social

O parâmetro educação/escola/formação indica-nos que o 4.º ano constitui o nível escolar mais frequente (n = 32, 61.53 %), seguido pelo 2.º ciclo (n = 18, 34.61 %), e apenas 2 jovens (3.84 %) possuem o 3.º ciclo. Todos os participantes da amostra defendem que não irão perder competências adquiridas na escola e apenas 1 (etnia cigana) refere que escreve e lê com dificuldade. Todos os jovens frequentam no interior do centro educativo cursos de Educação e Formação de Adultos; todavia, 25 jovens (48.07 %) não têm quaisquer planos ou objetivos concretos de estudo no futuro; 27 (51.92 %) referem planos de estudo futuros, pretendendo concluir o ciclo de estudos subsequente (n = 5, 9.61 %, aspiram concluir o ensino secundário e 1 jovem menciona prosseguir para o ensino universitário). São 14 os jovens (26.92 %) que reconhecem dificuldades para continuar a estudar: 3 (5.76 %) referem um hipotético acontecimento trágico com os familiares; 6 (11.53 %) destacam as dificuldades pessoais de comportamento; 3 (5.76 %) apontam o desemprego e 1 destaca a desmotivação académica. Como possibilidade de superar estas dificuldades são referidos: o afastamento dos pares problemáticos (n = 6, 11.53 %), *não usar álcool ou drogas* (n = 2, 3.84 %) e *portar-me bem* (n = 4, 7.69 %). Os resultados parecem indicar que embora todos os jovens frequentem atualmente um ciclo de estudos, esta frequência dever-se-á ao cumprimento da atual medida de internamento e não pela valorização pessoal da formação escolar, revelando um elevado nível de desmotivação académica (jovens sem planos de estudo, n = 25, 48.07 %).

Considerando o parâmetro trabalho/emprego a maioria dos jovens (n = 44, 84.61%) nunca trabalhou, mas 8 (15.38 %) tiveram experiência de emprego precoce (n = 6, 11.53 %, entre os 13 e os 16 anos; n = 2, 3.84 %, antes dos 10 anos de idade), sendo explorados pelos empregadores a partir das situações de fragilidade pessoal, familiar e social existentes.

A maioria dos jovens não identifica dificuldades em arranjar emprego, mesmo não apresentando qualquer experiência laboral prévia (n = 44, 86.61 %). São apenas 4 (7.69 %) os

que reconhecem dificuldades em encontrar trabalho no futuro, mas não sabem como diminuí-las. Os participantes, na sua generalidade (n = 42, 80.76 %), referem estratégias vagas com vista a



entrada no mercado de trabalho (n = 8, 15.38 %, verbalizam *procurar*); n = 6, 11.53 % falam em *estudar* ou *acabar os estudos* e n = 3, 5.76 %, *apontam não fazer asneiras* ou *portar bem*.

No que respeita às condições habitacionais/mobilidade os participantes identificam a habitação como casa própria (n = 41, 78.84 %), casa de habitação social (n = 4, 7.69 %), habitar em casa de outros familiares (n = 2, 3.84 %), instituição da Segurança Social (n = 2, 3.84 %), quarto alugado com a progenitora (n = 1), habitar numa barraca (n = 1) e encontrar-se atualmente desalojado devido ao conflito com os progenitores (n = 1).

Considerando os planos futuros para melhorar as condições de habitação/transporte, 25 jovens (48.07 %) não têm quaisquer planos e 24 (46.15 %) indicam ações/ideias para concretizar estes planos que se centram essencialmente: em *trabalhar* ou *arranjar trabalho* (n = 12, 23.07 %), *não fazer asneiras*, *melhorar o comportamento* (n = 6, 9.61 %), *comprar, ter uma casa nova* e/ou *carro* ou *arranjos em casa* (n = 6, 9.61 %).

Relativamente às dificuldades para melhorar habitação/transporte, 36 jovens (69.23 %) não identificam quaisquer dificuldades, 7 (13.46 %) indicam como dificuldades *não ter emprego* (n = 6, 11.53 %) e 1 refere *as pessoas que me querem ver mal*. Para superar esses desafios apontam como estratégias: *procurar trabalho* (n = 6) e *afastar-me das pessoas que me querem ver mal* (n = 1). Três participantes (5.76 %) identificam dificuldades (falecimento de familiar, n = 1, 1.92 %; *não ter dinheiro*, n = 2, 3.84 %) mas verbalizam não saber como ultrapassá-las.

No que concerne ao parâmetro pobreza, 39 jovens (75 %) desconhecem o rendimento mensal familiar e 11 (21.15 %) indicam um rendimento inferior ao limiar de pobreza. É curioso notar que apenas 10 jovens (19.23 %) se consideram pobres.

Refletindo sobre as consequências da pobreza, 39 jovens (75 %) não encontram áreas afetadas e 13 (25 %) destacam consequências a nível do vestuário, transporte e habitação. A maioria dos jovens (n = 43, 82.69 %) tem planos para melhorar o rendimento, referenciando: iniciar atividade laboral (n = 39, 75 %) e estudar/trabalhar (n = 4, 7.69 %); seis jovens (11.53 %) não são capazes de conceber planos para melhorar o rendimento pessoal/familiar.

No que respeita às dificuldades para melhorar o rendimento, 33 jovens (63.46 %) referem não identificam dificuldades, 8 (15.38 %) mencionam dificuldades tais como o *desemprego* (n = 5, 9.61 %) e a *escola* (n = 3, 5.76 %). Para superar as dificuldades referidas, os jovens apontam como ações: ter emprego e estudar/frequentar um curso de formação profissional, respetivamente. Neste parâmetro, verifica-se que um elevado número de jovens relata não ter consequências da pobreza (n = 39, 75 %), evidenciando ignorar as implicações que esta situação tem nas suas vidas em termos pessoais e familiares. Outro aspeto relevante consiste no facto dos jovens não reconhecerem que a baixa escolaridade atual constitui um obstáculo na melhoria do rendimento e da qualidade de vida futuros.

No parâmetro segurança social/incapacidade, 19 jovens (36.53 %) indicam um acompanhamento pela segurança social dirigido essencialmente a si próprio (n = 7, 13.46 %) e ao global do núcleo familiar (n = 12, 23.07 %). Anunciam como razões para esta intervenção as dificuldades pessoais/comportamento (n = 7, 13.46 %) e as múltiplas dificuldades (económicas, parentais, conflitos familiares: n = 5, 9.61 %); sete jovens (13.46 %) expressam desconhecimento pelo que motivou este acompanhamento.

São 10 (19.23 %) os participantes que verbalizam algum tipo de limitação na família: na fratria (um irmão amblíope, n = 1); nos avós (n = 2); incapacidade física crónica num dos progenitores (n = 6, 11.53 %) e 1 jovem menciona incapacidade pessoal crónica por nefrectomia. Relativamente aos planos de mudança face ao acompanhamento da segurança social, 46 jovens (88.46 %) verbalizam ter planos mas não os especificam; dois (3.84 %) não têm planos de mudança e 4 (7.69 %) apresentam planos de mudança concretos: obter a *reforma do meu pai na segurança social*, *trabalhar e assim já não preciso da assistente social*, *não vou mais para a casa deles*, *vou viver sozinho*, *melhorar o meu comportamento*.

Área da Conformidade Social

No que respeita ao parâmetro problemas legais, 24 jovens (46.15 %) descrevem uma tipologia criminal polimórfica (predominantemente o roubo, agressão e furtos); os crimes de violação, homicídio/tentativa de homicídio apresentam uma taxa residual, registando-se 1 sujeito em cada um deles. Como causas destes comportamentos, os jovens expressam dificuldades internas/pessoais que definem como problemas pessoais/ de personalidade (n = 17, 32.69 %),

conjugação das dificuldades pessoais/de personalidade com a influência dos pares (n = 11, 21.15 %); influência dos pares (n = 7, 13.46 %), necessidades económicas (n = 6, 11.53 %), conjugação da influência dos pares com as necessidades económicas (n = 3, 5.76 %). Cinco jovens (9.61 %) dizem desconhecer as razões da prática transgressiva pessoal.

No que concerne às complicações possíveis dos seus atos transgressivos, 39 participantes (75 %) não esperam mais complicações legais, 7 (13.46 %) esperam complicações decorrentes de processos pendentes e 6 (11.53 %) referem não sei. Os obstáculos referidos como podendo dificultar uma melhor relação com a justiça são o desemprego e os processos legais pendentes (n = 17, 32.69 %); mas 35 jovens (67.30 %) não encontram quaisquer dificuldades.

Relativamente aos planos para melhorar a situação legal indicam como planos: não cometer ilícitos (n = 31, 59.61 %), trabalhar e/ou estudar (n = 12, 23.07 %) e emigrar (n = 1).

Na questão relativa às possíveis condições que os jovens consideram que podem dificultar a melhoria da situação legal atual, 13 (19.23 %) mencionam o desemprego; 3 (5.76 %) a existência de mais processos legais/mais medidas de internamento; 2 (3.84 %) a influência negativa dos pares; 2 (3.84 %) os conflitos familiares; 2 jovens (3.84 %) referem o *vício de roubar* e 1 jovem verbaliza o facto de *não acreditarem em mim*.

Como resoluções possíveis para melhorar a situação legal atual, 4 participantes (7.69 %) referem trabalhar e/ou estudar; 2 (3.84 %) sugerem o afastamento dos pares e a mudança de residência e 2 (3.84 %) mencionam o *portar-me bem e ficar aqui* (no centro educativo).

Os jovens identificam problemas legais em familiares, nomeadamente: irmãos (n = 9, 17.30 %), primos/tios (n = 5, 9.61 %) e mãe (n = 1). Os factos cometidos pelos familiares descritos incluem: roubos (n = 4, 7.69 %), múltiplos crimes (n = 3, 5.76 %), tráfico de droga (n = 4, 7.69 %) e homicídio (n = 1). Os jovens mencionam como causas das práticas transgressivas dos familiares as necessidades económicas e influência dos pares (n = 5, 9.61 %) e a personalidade do familiar (n = 2, 3.84 %). Sete jovens (13.46 %) verbalizam não saber as causas deste comportamento.

Um aspeto a salientar neste parâmetro decorre do facto de um elevado número de jovens (n = 44, 84.61 %) não identificar dificuldades para melhorar a relação com a justiça o que, em função dos contextos sociais, relacionais e familiares, coloca em evidência a superficialidade da análise das condições inerentes à génese e continuidade da prática transgressiva pessoal.

No parâmetro violência, 40 participantes (76.92 %) reconhecem-se como agressores descrevendo uma frequência da violência como um único episódio (n = 16, 30.79 %), 19 (36.53 %) indicam várias vezes ao ano sem especificar e 4 (7.69 %) relatam o recurso diário à violência, todos eles num contexto diferente daquele em que tiveram a prática transgressiva que os conduziu ao internamento atual. Curiosamente, 10 jovens (19.23 %) negam a adoção de quaisquer comportamentos violentos e 3 jovens identificam-se exclusivamente como vítimas no contexto intrafamiliar.

Focando nas consequências decorrentes do seu comportamento agressivo, 21 jovens (40.38 %) não identificam quaisquer consequências, 21 (40.38 %) apontam o atual internamento; 2 (3.84 %) referem a aplicação de processos legais; 3 (5.76 %) mencionam a aplicação de processos escolares e 2 (3.84 %) desconhecem as consequências. No que respeita à possibilidade de repetição da violência, 25 jovens (48.07 %) verbalizam que não irão repetir os atos violentos, mas 12 jovens (23.07 %) referem que voltarão a envolver-se em agressões na sequência da existência de conflitos.

Questionados acerca de como reduzir/eliminar o envolvimento em situações de violência, 36 jovens (69.23 %) apresentam como estratégia o evitar os pares e os contextos de risco, considerando esta situação dependente exclusivamente do seu controlo; 10 (19.23 %) mencionam não se envolver em violência e 4 (7.69 %) não sabem como evitar/diminuir o seu envolvimento.

No parâmetro dissonância étnica/social, na sua maioria (n = 30, 57.69 %) os jovens reportam-se como autóctones (ou, sendo filhos de estrangeiros, nasceram em Portugal, n = 13, 25 %); 7 (13.46 %) são de origem africana e dois (3.84 %) são de etnia cigana, não referenciando qualquer dificuldade com a língua portuguesa, nem estatuto de minoria; 48 participantes (92.30 %) consideram não ter vivido experiências de discriminação, sentindo-se

integrados no país e não acreditam que a discriminação possa aumentar. Contudo, 4 jovens (7.69 %) narram experiências de discriminação, 3 por motivos raciais e 1 por motivos familiares (*os meus pais chamavam-me drogado*).



Os jovens da amostra não perspetivam a vivência em bairros sociais e/ou degradados como uma situação de dissonância social/cultural, identificando-se com a dinâmica relacional impressa nestes contextos. É importante realçar que os jovens desvalorizam o comportamento delinvente como fator de discriminação ou de dissonância social, existindo apenas 3 participantes (5.76 %) que expressam a necessidade de abandonar o comportamento delinvente com vista a melhorar a integração social.

Área da Relações Familiares

Considerando o parâmetro rede social, os jovens assumem como elementos da sua rede social atual a família e a escola (n = 34, 65.38 %); a família, os amigos e a escola (n = 7, 13.46 %); a família e amigos (n = 4, 7.69 %); a família (n = 6, 11.53 %) e apenas a mãe (n = 1). Uma vez que se encontram em centro educativo, a frequência escolar dos cursos de educação e formação de adultos parece constituir para os participantes da amostra um lugar privilegiado de interação social e de estabelecimento de vínculos relacionais com adultos e pares, compreendendo-se desta forma a razão pela qual se estabelece como parte relevante da rede social pessoal. No que respeita ao número de pessoas da rede pessoal, 40 jovens (76.92 %) mencionam que esta diminuiu, referindo como causa as limitações impostas no cumprimento da sua medida de internamento. Contudo 10 (19.23 %) consideram que a rede social pessoal se manteve.

Refletindo sobre os planos para aumentar a rede social pessoal no futuro, 25 jovens (48.07 %) tendem a responder que não têm esse interesse, mas 22 (42.30 %) mencionam pretender aumentar a sua rede social, especificamente através do restabelecimento das relações com o grupo de pares depois de terminada a medida de internamento. No que respeita às dificuldades no aumento do número de contactos com os elementos da rede social pessoal, 35 jovens (67.30 %) não identificam quaisquer impedimentos verbalizando que bastará terminar a atual medida de internamento. Contudo, 5 jovens (9.61 %) apontam como dificuldades o facto de estarem a cumprir a atual medida, indicando como condições *acabar a medida* (n = 3, 5.76 %), *não ter mais problemas com a justiça* (n = 1, 1.92 %) e *portar-me bem* no centro educativo (n = 1).

Como se pode verificar, um elevado número de jovens pretende retomar os contactos com os pares que compõem a sua rede social pessoal anterior, no final da atual medida de internamento (n = 22, 42.30 %). Esta motivação pessoal constitui uma vulnerabilidade relevante, na medida em que os jovens confirmam a importância destes pares no seu comportamento delinvente. Ainda neste âmbito, os jovens não manifestam interesse em atividades pró-sociais, nomeadamente atividades de lazer, desportivas e culturais.

No parâmetro família/parentalidade (n = 23), 13 jovens (56.52 %) não identificam dificuldades no relacionamento com os progenitores/cuidadores, mas 8 (34.78 %) verbalizam problemas nesta área e 2 (8.69 %) dizem desconhecer possíveis dificuldades. Há a salientar que 5 jovens (21.73 %) não sabem que aspetos positivos poderão identificar no relacionamento com os seus progenitores/cuidadores e um dos participantes considera que *nada é bom* neste relacionamento, não concretizando características e especificidades relacionais que suportem a sua avaliação.

Os jovens que reconhecem dificuldades na relação filio-parental, referenciam como causa as suas próprias características pessoais e as do progenitor/cuidador (n = 3, 13.04 %), apenas as características dos progenitores (n = 2, 8.69 %) e 3 (13.04 %) dizem não saber. De salientar que a atribuição de causalidade baseada em aspetos pessoais internos do próprio e do progenitor dificultará a emergência da compreensão relacional destas dificuldades, saturando as relações com atribuições de culpabilidade nos conflitos entre ambos.

Quando questionados acerca das possíveis soluções para diminuir estas dificuldades relacionais com os progenitores, 4 jovens (17.39 %) mencionam a necessidade de melhorar o seu comportamento pessoal, e 1 expressa não querer melhorar a relação com os progenitores/cuidadores, enquanto 5 participantes (21.73 %) não sabem como melhorar esta relação.

Competências/recursos identificados

Para além da percepções das dificuldades/problemas, os jovens da amostra em estudo foram capazes de identificar um conjunto de competências e dos recursos pessoais e familiares que passamos agora a analisar.

Área da Saúde

No que respeita à saúde física, 43 jovens (86.54 %) mencionam ter acedido a assistência médica quando necessário, indiciando que conhecem os recursos comunitários existentes e que lhes são assegurados os cuidados de prevenção, vigilância e tratamento necessários.

A nível da saúde mental, alguns jovens (n = 6, 11.53 %) demonstram abertura para admitir a presença de problemas deste âmbito, situação que se poderá constituir como um passo importante para solicitar ajuda ou permitir uma intervenção especializada. De salientar que todos os jovens que identificaram problemas de saúde mental atual referem tratamento providenciado no centro educativo onde se encontram.

Ao nível do abuso de álcool e/ou drogas, o facto de 25 participantes (48.07 %) identificarem as complicações possíveis do consumo de substâncias aditivas e demonstrarem disponibilidade para falar das características do seu consumo, constituem aspetos positivos que podem ser ativados para a implementação de intervenções específicas sobre esta problemática.

Área Social

No parâmetro educação/escola/formação nenhum jovem considera perder as capacidades escolares atuais, revelando competências básicas na leitura e na escrita (apenas 1 sujeito reporta dificuldades). Verifica-se ainda uma elevada coerência entre as dificuldades identificadas pelos jovens que possam impedir a continuidade dos estudos e o conjunto de soluções que identificam.

No parâmetro trabalho/emprego registou-se um elevado número de jovens (n = 42, 80.76 %) a referirem ter planos de emprego no futuro, constituindo um investimento numa área pró-social fundamental relativamente à prevenção/diminuição do risco de reincidência.

Quanto às condições habitacionais/mobilidade, 51 participantes (98.07 %) referenciam um local de habitação (própria, social, alugada, familiar), identificando ainda ações concretas/planos para superar problemas atuais nesta área que, sendo aplicadas, concretizarão melhorias nas condições de habitação/transporte (e.g. *trabalhar, aumentar os estudos*).

No parâmetro *pobreza*, os jovens reconhecem várias áreas afetadas e 43 participantes (82.69 %) descrevem planos para melhorar o rendimento atual, no âmbito de atividades legais e socialmente valorizadas (trabalho e/ou estudos).

Área da Conformidade Social

No parâmetro problemas legais/delinquência, 44 jovens (84.61 %) identificam ações concretas com vista a diminuir ou evitar a atividade transgressiva (e.g. *cumprir as leis, não fazer crimes, trabalhar, estudar*) que, sendo colocadas em prática, poderão efetivamente melhorar a situação legal e erradicar/diminuir o comportamento antissocial. Verifica-se assim, que alguns jovens reconhecem a transgressividade social como um problema, o que constitui uma abertura que configura possibilidades de intervenção, nomeadamente na construção de novos discursos e de diferentes possibilidades de trajetórias futuras.

No parâmetro violência, uma elevada proporção de jovens verbaliza não querer voltar a envolver-se em situações de violência, reconhecendo a influência negativa dos pares e dos contextos de risco no desencadear deste tipo de comportamento.

Área das Relações Familiares

A rede social dos jovens durante o internamento é limitada aos pares aí existentes e visitas de familiares e pessoas idóneas. A possibilidade do jovem ter ocasião de interação com outras pessoas fora da sua rede pessoal prévia à medida de internamento, introduz alternativas aos discursos dos pares transgressivos, permitindo-lhe reequacionar os significados da transgressividade pessoal, e restabelecer a rede de figuras pró-sociais, que muitas vezes se afastam e/ou são afastadas pelo jovem aquando da prática de atos delinquentes.

Relativamente ao parâmetro família/parentalidade, constata-se que um número significativo de jovens (n = 15, 65.21 %) evidencia uma perceção positiva do relacionamento com os progenitores/cuidadores, destacando o suporte afetivo/apoio parental. Embora esta perceção seja baseada essencialmente nos aspetos afetivos desta relação, ela é importante no que respeita ao sentimento de pertença e do investimento relacional.



Discussão dos resultados

Tendo em consideração as descrições dos jovens em torno das diferentes áreas da sua vida pessoal e familiar, verifica-se a existência de uma constelação de fragilidades contextuais recursivas que mantêm ou agravam o ciclo de dificuldades pessoais e familiares existentes (Madsen, 2007; Pakman, 2007). Os dados indicam a presença de fatores de risco, nomeadamente o baixo nível socioeconómico e a valorização dos pares delinquentes que, interligados com as características individuais (temperamento, dificuldades no plano intelectual, ousadia, impulsividade e força física), potenciam o aparecimento do comportamento transgressivo (Lahey & Waldman, 2004).

Neste estudo, as descrições dos jovens permitem identificar a valorização dos pares e algumas características pessoais, nomeadamente padrões de análise específicos nas diferentes áreas da vida familiar. Um destes padrões refere-se ao facto dos jovens tenderem a referir como soluções para as dificuldades que descrevem a antítese desses problemas (e.g. desemprego – ter emprego; consumos - não consumir; doenças – ir ao médico; pobreza – trabalhar, etc.). Não demonstram conseguir equacionar estratégias diversas para ultrapassar as dificuldades identificadas, apenas indicando o estado final pretendido.

Um outro aspeto relevante no âmbito dos padrões individuais de análise dos jovens consiste no facto destes se autorreferenciarem como tendo *problemas de comportamento*. Os jovens descrevem as suas dificuldades através de explicação centrada nas características individuais, com base numa linguagem internalizada de défices, para os quais não conseguem identificar complicações em termos pessoais. Assim, os jovens desvalorizam quer o impacto pessoal quer o relacional/comunitário dos problemas de comportamento que os conduziram ao internamento.

Um aspeto curioso é a focalização frequente por parte destes jovens no *ter emprego* ou *estudar* como a solução possível para diferentes problemas que enfrentam (habitação, emprego, pobreza, problemas legais /delinquência). Embora o investimento pessoal em termos laborais e académicos sejam atividades que favorecem a integração social e sejam considerados fatores protetores relativamente à atividade antissocial (Farrington, 2004; Rutter, 2004), configuram-se nestes jovens como soluções mágicas para as suas dificuldades, que não se concretizam em maior investimento nestas áreas. Por outro lado, alguns jovens tiveram experiências de emprego precoces (n = 8, 15.38 %) e no entanto mantiveram um envolvimento na prática transgressiva. Esta proporção de jovens com experiência de emprego ilegal anterior, considerando a sua idade e habilitações escolares, demonstra a facilidade de acesso a emprego em condições ilegais, evidenciando o aproveitamento que algumas entidades empregadoras fazem da situação de fragilidade pessoal e familiar existente. Esta exploração do trabalho infantil contribui para agravar o absentismo e o abandono da instituição escolar.

Por outro lado, relativamente à sua rede social pessoal, os jovens atribuem uma elevada valorização aos seus pares delinquentes prévios à medida de internamento, mesmo quando reconhecem a sua influência no desenvolvimento da atividade transgressiva anterior. Esta situação pode significar que estes participantes definiram objetivos sociais não conformistas, tendendo a procurar manter a reputação conquistada, emocionalmente gratificante, o que implica um sério risco de continuidade do desempenho antissocial (Carrol et al., 2004; Farrington, 2004; Rutter, 2004). Embora consigam apontar objetivos de futuro conformistas, a motivação para reatar o relacionamento com os pares anteriores poderá reativar os processos identitários que validam o agir delinquencial facilitando a reincidência.

Neste sentido de construção identitária, Gergen (2004) defende que o risco e a agressividade são significados como um valor social e relacional para estes jovens, decorrente das relações significativas que estabelecem. Verificando-se um elevado número de jovens que expressam uma representação de si próprios como indivíduos agressivos, esta constituirá parte da sua matriz identitária que se repercutirá necessariamente nas interações que estabelecem.

A internalização de uma representação como sujeito agressivo é coconstruída na rede relacional, onde predominam os familiares e os pares: se os primeiros parecem categorizá-los como jovens com problemas de comportamento, os segundos tendem a valorizar um comportamento hostil como sinal de força e de sucesso, validando esta descrição e consolidando o risco como critério identitário fundamental (Gergen, 2004). Na validação deste risco, os jovens descrevem um uso exclusivo da violência no âmbito de conflitos com outros jovens, mas não nas

situações da prática transgressiva. Desta forma, não consideram os atos transgressivos praticados como atos violentos, mas a violência como um instrumento na prática transgressiva que lhes permite atingir os seus objetivos. A agressividade dirigida aos pares, aspeto no qual os jovens expressam uma representação internalizada como indivíduos agressivos, contrasta com a atribuição de controlo externo a estas situações de conflito específicas, considerando que podem evitar estas ocorrências desde que se afastem dos pares e de contextos de risco, isto é, dos bairros dos outros jovens com quem têm conflitos.

Ainda no âmbito do risco, 38 dos jovens (73.07 %) referem consumo politóxico de substâncias aditivas que é referenciado como decorrendo primordialmente no contexto do grupo de pares, constituindo o consumo de substâncias mais uma das partilha de sentidos comuns nestes jovens, contribuindo desta forma para o que Gergen (2004) define como construção identitária do risco e da agressividade. Uma vez que os consumos são preferencialmente em grupo, o risco de consumir e os seus possíveis efeitos no comportamento agressivo são significados como um valor social e relacional para estes jovens.

Face a esta constelação de fragilidades pessoais e relacionais, é curioso o facto de 13 jovens (56.52 %) não identificarem dificuldades no relacionamento com os cuidadores, descrevendo um relacionamento filio-parental baseado nos aspetos afetivos e no apoio recebido. Todavia, as descrições que fazem contrastam com a elevada proporção de participantes da amostra cujas famílias são acompanhadas pela segurança social (n = 19, 36.53 %) por dificuldades pessoais/de comportamento, parentais e conflitos familiares. Por outro lado, as funções executivas parentais encontram-se referenciadas pelos jovens que mencionam um relacionamento conflitual com os progenitores, perante as tentativas destes últimos de regulação dos comportamentos e de supervisão.

Os padrões de práticas educativas parentais, demissionários ou conflituais, conjugados com as fragilidades pessoais e do contexto sócio-económico constituem fatores de risco delinquencial relevantes (Gergen, 2004; Lahey & Waldman, 2004; Thornberry & Krohn, 2004), agravando a valorização e o envolvimento relacional progressivo com os pares, incrementando desta forma a possível ligação a outros adolescentes em igual situação de risco social, onde poderão aprender, partilhar e desenvolver os significados do risco e da violência (Gergen, 2004).

Conclusão

A constituição de uma identidade monádica transgressiva/violenta, a desvalorização de outras referências e a valorização dos significados partilhados no grupo de pares, parecem constituir condições para que os comportamentos de risco/violentos sejam valorizados pelos jovens (Gergen, 2002). Para manter esta estrutura de sentido, os jovens bloqueiam a entrada de vozes dissonantes e possibilidades de questionamento, mantendo assim a validade dos seus comportamentos. No entanto, este processo identitário não nasce no vazio; como processo de coconstrução, é necessariamente partilhado, socialmente construído e negociado (Gergen, 2002), contextualizado numa determinada realidade sócio-histórica que fornece forma e sentido aos discursos e às práticas sociais.

Este recentrar nas dimensões relacionais e contextuais da génese do comportamento delinvente tem tido um especial reflexo nas múltiplas abordagens. A investigação revela uma etiologia multideterminada do processo delinquencial juvenil, num jogo de relações entre as variáveis individuais e as variáveis contextuais (Fonseca, 2004; Rutter, 2004). Na análise das características dos diferentes parâmetros na amostra em estudo, os comportamentos delinquentes parecem resultar da confluência de uma constelação de fatores, nomeadamente:

- elevada incidência de consumo de substâncias aditivas, predominando a politoxia;
- uma realidade familiar com padrões relacionais filio-parentais que se caracterizam pela conflituosidade ou pela distância relacional e demissão dos processos educativos e de controlo;
- ligações primordiais aos pares que surgem como elementos relacionais e socializadores relevantes, validando as práticas transgressivas conjuntas;
- condições de pobreza e dificuldades económicas, que mantêm a necessidade de vivência em contextos sociais periféricos e de risco social que facilitam que se consolidem as narrativas e significados transgressivos partilhados;



- dificuldades acadêmicas e a desmotivação escolar que condicionam oportunidades futuras de emprego/rendimentos, assim como afastam estes jovens de um contexto socializador fundamental;

- comportamentos tendencialmente agressivos que se repercutem em diversas dimensões da vida interpessoal (familiar, pares);

- fragilidades que, pelo risco pessoal e social inerente, promovem a intervenção de sistemas sociais como a segurança social e a dependência relativamente a estes.

Face à multiplicidade de fatores de risco, as intervenções parcelares e centradas exclusivamente nas fragilidades individuais tornam-se reducionistas e votadas ao fracasso. Se a problemática da delinquência é multifatorial, uma intervenção estritamente individual é limitada e insuficiente, sendo necessário implementar intervenções multidisciplinares e integradas que, de forma coerente, intervenham nas diferentes variáveis presentes nos sistemas onde se geram estas fragilidades (indivíduo, família, contexto social, pares). Por outro lado, os resultados deste estudo mostram que estes jovens têm recursos que devem ser mobilizados, potenciando as capacidades evidenciadas pelos participantes da amostra em refletir sobre alguns dos problemas que os afetam e de apontarem caminhos e soluções possíveis, coconstruindo leituras e percursos que ativem competências para um projeto de vida socialmente integrado.

Referencias

- Almeida, L., & Freire, T. (2008). *Metodologia da Investigação em Psicologia e Educação*. Braga: Psiquilíbrios.
- Carrol, A., Houghton, S., Hattie, J. & Durkin, K. (2004). Comportamento antissocial nos jovens: o modelo dos objetivos de aumento da reputação. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento Antissocial e Crime, da infância à idade adulta* (pp. 215-250). Coimbra: Livraria Almedina.
- Creswell, J., Clark, V., Gutmann, M., & Hanson, W. (2002). Advanced mixed methods research designs. In A. Tashakkori & C. Teddlie (Eds.), *Handbook of mixed methods in social & behavioral research* (pp. 209-240). London: Sage Publications.
- Farrington, D.P. (2004). O Estudo do Desenvolvimento da Delinquência de Cambridge: Principais Resultados dos Primeiros 40 anos. In *Comportamento antissocial e família, uma abordagem científica*, (pp. 73-132). Coimbra: Livraria Almedina.
- Fonseca, A. (2004). Diferenças individuais no desenvolvimento do comportamento antissocial: o contributo dos estudos longitudinais. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e crime, da infância à idade adulta* (pp. 413-461). Coimbra: Livraria Almedina.
- Georgaca, E. (2001). O Discurso da psicopatologia: uma abordagem critica ao dispositivo teórico da psiquiatria. In O. Gonçalves (Ed.), *Psicoterapia, discurso e narrativa: a construção conversacional da mudança* (pp. 331-373). Coimbra: Quarteto Editora.
- Gergen, K. (2002). Beyond the empiricist/construcionist divide in social psychology. *Personality and Social Psychology Review*, vol. 6 (3), 188-191.
- Gergen, K. (2004). Social constrution: vistas in clinical child and adolescent psychology. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 33 (2), 389-399.
- Lahey, B., Waldman, I. (2004). Predisposição para problemas do comportamento na infância e na adolescência: análise de um modelo desenvolvimentista. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e crime, da infância à idade adulta* (pp. 161-214). Coimbra: Livraria Almedina.
- Madsen, W. (2007). *Collaborative Therapy with Multi-Stressed Families*. London: The Guilford Press.
- Morin, E. (2003). *Introdução ao Pensamento Complexo*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis*. Lisboa: Noticias Editorial.
- Pakman, M. (2007). Risk Reduction and the Micropolitics of Social Justice in Mental Health Care. In E. Aldarondo (Ed.), *Advancing Social Justice through Clinical Practice* (pp. 151-173). New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates.
- Rutter, M. (2004). Dos indicadores de risco aos mecanismos de causalidade. Análise de alguns percursos cruciais. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e crime, da infância à idade adulta* (pp. 11-38). Livraria Almedina: Coimbra.

- Thornberry, T., & Krohn, M. (2004). O desenvolvimento da delinquência: uma perspectiva interacionista. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e crime, da infância à idade adulta* (pp. 133-160). Coimbra: Livraria Almedina.
- Tashakkori, A., & Teddlie, C. (2002). Advanced mixed methods research designs. In A. Tashakkori & C. Teddlie (Eds.), *Handbook of mixed methods in social & behavioral research* (pp. 3-50). London: Sage Publications.

Received: 06/14/2016
Accepted: 11/22/2017